



Informativos Eletrônicos
do Setor Elétrico

ISSN 1678-6130



GESEL

Grupo de Estudos do Setor Elétrico

UFRJ

O clima como prioridade em 2025 e além¹

Tercio Borlenghi Junior²

O ano de 2024 ficou marcado como o período no qual os efeitos das mudanças climáticas se apresentaram de forma muito mais traumática em todo o mundo, inclusive no Brasil. Tivemos muitos eventos extremos, como as históricas enchentes no Rio Grande do Sul; os hectares e mais hectares de área verde queimados em boa parte do país por causa dos incêndios florestais, além da estiagem prolongada, que comprometeu regiões como o Norte e o Centro-Oeste.

Contudo, o que vimos em território brasileiro não foi diferente no resto do mundo. Os extremos climáticos foram realidade em diversos países e em diferentes continentes, mostrando que o meio ambiente clama por socorro.

O ano de 2024 foi o mais quente da história, com a temperatura média global do ar 1,5 grau Celsius acima da média pré-industrial - o aumento máximo acordado após o Acordo de Paris.

Chegamos a um nível considerado crítico, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado durante a COP29, em Baku, no Azerbaijão.

Os impactos em razão das altas temperaturas e eventos extremos ganharam maior urgência em diferentes rodas de discussão. O atual cenário climático intensificou a necessidade de ações de alto impacto, que devem ser adotadas daqui para frente como tentativa de mitigar os impactos negativos atuais e reverter o que for possível neste cenário cada vez mais desafiador para o meio ambiente.

Na COP29 e no G20, por exemplo, um dos assuntos centrais foi o financiamento climático, principalmente, para países em desenvolvimento, como o Brasil. Em fevereiro, um executivo da ONU disse que era preciso mobilizar US\$ 2,4 trilhões anualmente para manter as metas globais de mudanças climáticas alcançáveis.

Entretanto, a realidade em Baku foi bem diferente. Ao fim da COP29 ficou estabelecido que os países desenvolvidos têm a meta de financiar as nações em desenvolvimento em pelo menos US\$ 300 bilhões anuais até 2035. Os recursos são para a implementação de ações para a redução de gases de efeito estufa (GEE) e adaptação aos impactos das mudanças no clima do planeta.

O texto elaborado durante a mais recente conferência do clima da ONU pede ainda que os países desenvolvidos cooperem para que a cifra chegue a US\$ 1,3 trilhão nos próximos 11 anos. Ainda assim, o valor estará abaixo do que a ONU vê como necessário para que as metas acordadas pelos países signatários do Acordo de Paris sejam

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível

em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-clima-como-prioridade-em-2025-e-alem.ghtml>

Acessado em 16.01.2025

² Sócio-fundador e CEO da Ambipar

alcançadas.

O tema também foi destaque durante o G20, que reuniu países desenvolvidos e emergentes no Rio de Janeiro. O Brasil cobrou as lideranças presentes sobre um maior empenho em contribuir com o financiamento. Durante o encontro, foi lançada a Força Tarefa para Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas a fim de reforçar o compromisso para novos financiamentos. O documento estabelece um empenho maior das nações mais ricas, cuja maior mobilização para avançar nas pautas climática e ambiental nas nações em desenvolvimentos traz um pouco mais de otimismo para o cenário que se desenha para a COP30, que acontece no Brasil neste 2025. Isso porque a descarbonização é cara e requer investimento robusto.

Olhando para as perspectivas para a COP de Belém, eu entendo que 11 meses podem ser pouco tempo diante de tudo que precisamos fazer para conter a crise climática. Contudo, ver governos, empresas e sociedade buscando soluções ambientais e remédios para reduzir ou frear os impactos de eventos climáticos é uma importante sinalização. Apesar de corrermos contra o tempo, já conseguimos avançar para além da fase de estabelecimento de metas.

Um bom exemplo dessa nova etapa das negociações globais é a promessa estabelecida no documento final dos líderes do G20 de reduzir em 50% até 2040 da degradação do solo, de forma voluntária. Os países pretendem adotar medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos.

Esse conjunto de ações pode ter impactos positivos extremamente relevantes para aumentar a captura de carbono da atmosfera, proteção da biodiversidade, preservação da água e promoção da produção de alimentos, combatendo a inflação generalizada provocada por efeitos climáticos - uma das bases para uma transição ecológica justa.

O Brasil, como o maior produtor de alimentos do mundo e que vem assistindo os seus hectares serem impactados por seca, excesso de chuva, desmatamento e queimadas tem muito a se beneficiar dessa e outras agendas que estimulem soluções baseadas na natureza.

Sendo o Brasil o anfitrião do próximo encontro da cúpula do clima (COP30), mais do que nunca, os holofotes estarão todos voltados para nós. A responsabilidade de mostrar ao mundo toda a nossa capacidade em termos de inovação, preservação, articulação, desenvolvimento e implementação de projetos - incluindo políticas públicas - em prol do meio ambiente é compartilhada.

Setores público e privado precisam caminhar juntos na busca de soluções para conter os eventos climáticos severos e em iniciativas que ampliem os negócios. É preciso estimular a economia circular, promover mais logística reserva, incentivar projetos de carbono zero e reduzir atividades que causem impactos ambientais negativos. Nossos desafios socioeconômicos são imensos. E eles tendem a piorar se a economia continuar avançando sem considerar a conservação do meio ambiente como algo essencial para a perenidade dos negócios.

Dono de uma grande diversidade de biomas e de recursos naturais, o Brasil não pode perder essa grande oportunidade de liderar, de forma ampla, as discussões ambientais e climáticas globais em 2025 e nos anos posteriores.

A COP30 será nossa oportunidade de coordenar os esforços globais para a construção de uma nova economia, capaz de proteger e regenerar o meio ambiente, com mais financiamento para as iniciativas socioambientais, pela sua importância para geração de prosperidade e inclusão em todo o mundo.

Há muito trabalho a ser feito até lá. Porém, se o Brasil aprender com os eventos do passado e construir uma visão compartilhada de futuro, terá a oportunidade de mostrar para o mundo que é possível cuidar do planeta, na prática e indicar os caminhos que o mundo deve trilhar até sermos uma sociedade sustentável.

